

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de vossas senhorias as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 acompanhado do relatório dos auditores independentes. A administração da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acrescidas de notas explicativas, Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre tais demonstrações contábeis.

demonstrações contábeis. **A Instituição:** Com mais de 50 anos de solidez e segurança no mercado financeiro, a Crefisa S.A. que tem com um dos seus principais valores, a excelência no atendimento, acredita que nada é mais importante que viabilizar o resgate do crédito para muitos brasileiros que nela acreditam ou, ainda, que tenham na Crefisa a única possibilidade para a solução dos problemas. Nosso foco é o cliente! Zelar pelo cuidado e atendimento ao cliente é fundamental no dia a dia de nossas soluções financeiras disponibilizadas para os mais diversos públicos de forma prática e cada vez mais moderna, em todo território nacional com mais de 1.000 pontos de atendimento espalhados por todo o Brasil.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)			
Ativo	Nota Explicativa		2021
	2022	2021	
Circulante	5.850.022		5.728.754
Caixa e equivalentes de caixa	315.109		145.827
Disponibilidades	4	309.566	57.832
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	5.543	87.995
Instrumentos financeiros	5.331.888		5.127.834
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.1	2.717.458	2.256.839
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	1.664.339	1.794.741
Livres	1.633.413	1.726.940	
Vinculados a Prestação de Garantias	30.926	67.801	
Carteira de crédito	5.3	950.091	1.076.254
Operações de crédito	1.366.350	1.556.218	
Outros créditos com característica de Concessão	27.649	16.318	
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	(443.908)	(496.282)	
Outros Créditos	6	201.100	454.924
Outros créditos	201.100	454.924	
Outros Valores e Bens	1	1.925	169
Não Circulante	401.512		444.563
Instrumentos financeiros	28.629		61.439
Carteira de crédito	5.3	28.629	61.439
Operações de crédito	42.753	7.666	
Outros créditos com característica de Concessão	39.109	103.204	
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	(53.233)	(49.431)	
Outros Créditos	18 a	232.887	242.177
Diversos	6	50.202	43.586
Imobilizado de Uso	7	21.194	19.331
Outros Imobilizados de Uso	7	74.292	67.729
(-) Depreciações Acumuladas	(53.098)	(48.398)	
Intangível	7	68.600	78.030
Ativos Intangíveis	82.252	78.169	
Outros Ativos Intangíveis	43.705	43.706	
(-) Amortização Acumulada - Ativos Intangíveis	(57.357)	(43.845)	
Total do Ativo	6.251.534		6.173.317

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)			
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa		2021
	2022	2021	
Circulante	170.499		208.724
Outras obrigações	170.499		208.724
Cobrança, Arrecadação de Tributos e Assealhados Fiscais e Previdenciários	8	75.789	88.421
Diversas	9	94.064	119.584
Não Circulante	70.875		59.729
Diversas	10	70.875	59.729
Patrimônio Líquido	11	6.010.160	5.904.864
Capital Social - Domiciliados no País	5.400.000	5.400.000	
Reservas de Lucros	610.160		504.864
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.251.534		6.173.317

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido									
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)									
Saldos em 1º de Janeiro de 2022	Nota Explicativa	Realizado	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Total	2022	2021
			Capital	Legal	Estatutárias				
Lucro Líquido do Exercício	11.1	5.400.000	125.114	284.550	95.200	—	5.904.864	—	—
Destinação						273.332	273.332		
Constituição de Reserva Legal	11.2	—	13.667	—	—	(13.667)	—		
Reserva Estatutária	11.3	—	—	259.665	—	(259.665)	—		
Dividendos	11.4	—	—	(148.468)	—	(148.468)	—		
Juros sobre o Capital utilizado para aumento de Capital	—	—	(130.450)	110.882	—	—	(19.568)		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		5.400.000	138.781	265.297	206.082	—	6.010.160		
Mutações do Exercício									
Saldos em 1º de julho de 2022	11.1	5.400.000	133.582	253.130	206.082	—	5.992.794		
Lucro Líquido do Semestre						103.999	103.999		
Destinação									
Constituição de Reserva Legal	11.2	—	5.199	—	—	(5.199)	—		
Reserva Estatutária	11.3	—	—	98.800	—	(98.800)	—		
Dividendos	11.4	—	—	(86.633)	—	(86.633)	—		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		5.400.000	138.781	265.297	206.082	—	6.010.160		
Mutações do Semestre									
Saldos em 1º de Janeiro de 2021		5.100.000	112.834	445.836	—	—	5.658.670		
Aumento de Capital - AGO/E de 30/04/2021 homologado pelo Bacem em 13/05/2021		300.000	—	(163.439)	—	—	136.561		
Lucro Líquido do Exercício						245.599	245.599		
Destinação									
Constituição de Reserva Legal	11.2	—	12.280	—	—	(12.280)	—		
Reserva Estatutária	11.3	—	—	233.319	—	(233.319)	—		
Constituição de reserva de lucros	11.4	—	—	(95.200)	95.200	—	—		
Dividendos	—	—	(119.166)	—	—	—	(119.166)		
Juros sobre o Capital utilizado para aumento de Capital	—	—	(16.800)	—	—	—	(16.800)		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		5.400.000	125.114	284.550	95.200	—	5.904.864		
Mutações do Exercício									
Saldos em 1º de Janeiro de 2021		300.000	12.280	(161.286)	95.200	—	246.194		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, ("Instituição" ou "Crefisa") é uma instituição financeira privada e independente, constituída em 1964 e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), operando basicamente com crédito pessoal sem consignação. Atualmente, a Crefisa atua em todos os Estados do Brasil, com mais de 1.000 pontos de atendimento. **2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis, da Crefisa S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e com a legislação contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requeridas à administração uso de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2023. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são: **3.1. Disponibilidades:** Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalente de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço) e patrimônio líquido existente em contratos de administração uso de mobilização imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias, conforme prevê a Resolução CMN nº 3.604/08 e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. **3.3. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Instituição estão contemplados abaixo: **a) Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **• Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado existente no resultado do semestre; **• Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de "ajustes de avaliação patrimonial"; **• Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **b) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e o respectivo encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. **c) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando em inteiro ou parcialmente contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegotiadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciam amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegotiações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos com receita quando efetivamente recebidos. **3.4. Ativo imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do balanço. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, sistemas de comunicações e instalações - 10% e sistemas de processamento de dados e veículos - 20%. **3.5. Intangível:** Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.642/08, os ativos intangíveis devem corresponder aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Instituição ou exercidos com esta finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, conforme Carta-Circular nº 3.357/08 do BACEN. **3.6. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.535/08, e na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma: **• Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2022; **• Contingências passivas:** são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles reconhecidos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles não reconhecidos são passíveis de provisão ou divulgação; **• Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de extinção. **3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata dia", e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realizações. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. **3.8. Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente à R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de

Relatório de Administração
Principais destaques: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Crefisa obteve um lucro líquido de R\$ 273.332 mil (R\$245.599 mil em 2021), com uma rentabilidade de 4,5% (4% em 2021) sobre o patrimônio líquido final de R\$6.010.160 mil em 2022. Os ativos totalizaram R\$ 6.251.534 (R\$ 6.173.317 mil em 2021). A receita bruta atingiu R\$2.703.387 mil (R\$2.253.958 mil em 2021). **Governança Corporativa e Controles Internos:** A Crefisa se utiliza de boas práticas de Governança e por isso, investe fortemente e de forma contínua na excelência da gestão, buscando tornar o ambiente organizacional e institucional mais sólido, justo, responsável e transparente. Como parte desse

Demonstrações dos Resultados				
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)				
Nota Explicativa	2º Semestre		Exercício	
	2022	2022	2022	2021
Receitas da intermediação financeira	1.226.837	2.419.845	1.988.833	
Operações de crédito	941.032	1.902.320	1.803.178	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.2	285.805	517.525	185.655
Despesas de intermediação financeira	(302.844)	(700.418)	(623.655)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.4	(302.844)	(700.418)	(623.655)
Resultado bruto da intermediação financeira	923.993	1.719.427	1.365.178	
Outras despesas operacionais	(772.390)	(1.408.219)	(1.037.310)	
Receitas de prestação de serviços	16.871	35.310	34.001	
Despesas de pessoal	(15.623)	(29.209)	(26.503)	
Outras despesas administrativas	13	(781.337)	(1.125.113)	
Despesas tributárias	14	(60.477)	(120.615)	(101.471)
Outras receitas operacionais	15	117.870	246.079	224.816
Outras despesas operacionais	16	(49.694)	(94.513)	(43.040)
Resultado operacional	151.603	311.208	327.868	
Resultado não operacional	(153)	1.894	5.238	
Resultado antes da tributação sobre o lucro	151.450	313.102	333.106	
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5.790)	(29.271)	(80.555)	
Provisão para imposto de renda	(3.149)	(17.772)	(46.390)	
Provisão para contribuição social	(2.641)	(11.499)	(34.165)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(41.350)	(9.290)	(5.731)	
Imposto de renda pessoa jurídica	(29.394)	(9.356)	(3.582)	
Contribuição social sobre lucro líquido	(11.956)	66	(2.149)	
Participações sobre o lucro	(311)	(1.209)	(1.221)	
Empregados	(311)	(1.209)	(1.221)	
Lucro líquido do semestre/exercício	103.999	273.332	245.599	
Quantidade de ações	5.400.000,000	5.400.000,000	5.400.000,000	
Lucro líquido por ação (em Reais)	0,02	0,05	0,05	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente				
Semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Nota Explicativa	2º Semestre		Exercício	
	2022	2022	2022	2021
Lucro líquido do semestre/exercício	103.999	273.332	245.599	
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	103.999	273.332	245.599	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

c) Por faixa de vencimento:			31/12/2022	31/12/2021
A vencer:				
Até 30 dias		204.851	230.295	
De 31 a 60 dias		228.866	222.501	
De 61 a 90 dias		109.734	145.971	
De 91 a 180 dias		242.053	264.480	
De 181 a 360 dias		150.539	175.171	
Acima de 360 dias		81.862	110.870	
		1.017.905	1.149.288	

Vencidos:
De 15 a 30 dias 39.606 57.232
De 31 a 60 dias 56.033 81.841
De 61 a 90 dias 52.733 60.309
De 91 a 120 dias 41.493 66.547
De 121 a 150 dias 43.987 57.706
De 151 a 180 dias 50.194 46.674
De 181 a 240 dias 78.229 85.068
De 241 a 300 dias 63.754 48.932
De 301 a 360 dias 31.064 29.899
Acima de 360 dias 457.956 534.118
Total 1.475.861 1.683.406

continuação Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Imposto de Renda e Contribuição Social:

	31/12/2022	31/12/2021
Natureza dos Ajustes		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	313.102	333.106
Adições(exclusões):	(238.542)	(139.550)
Provisão para contingências	11.147	2.599
Provisão para Devedores Duvidosos	695.418	623.655
Outras Provisões	(13.084)	4.354
Perdas Frel 9430/96 - PF	(735.682)	(579.973)
Juros sobre o Capital próprio	(130.450)	(112.000)
Participações sobre o lucro	—	(1.221)
Incentivos Fiscais	1.200	2.502
Outros	(67.091)	(79.419)
Base de cálculo do IRPJ	74.560	193.603
Imposto de renda apurado	18.616	48.377
Incentivos fiscais de dedução	(844)	(1.987)
Imposto de renda apurado	17.772	46.390
Base de cálculo da CSLL	74.560	193.603
Contribuição social apurada	11.499	34.165
Total IRPJ e CSLL apurado	29.271	80.555
IRPJ - Estimativa	(35.045)	(47.920)
CSLL - Estimativa	(15.815)	(31.061)
Total IRPJ e CSLL devido/compensar	(21.589)	1.574

Em 31 de dezembro de 2022 a Instituição constituiu crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor total de R\$ 232.887 (R\$ 242.177 em 2021). O objetivo da constituição do crédito foi adequar as melhores práticas contábeis, visando o equilíbrio das contas de resultado versus contas patrimoniais, e demonstrando de forma clara e efetiva a transparência nas demonstrações contábeis. (a) **Composição do ativo diferido:**

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para contingências Trabalhistas	55.406	53.353
Provisão para Devedores Duvidosos	497.141	545.713
Provisão Contingências Cíveis	15.469	6.376
Base de cálculo	568.016	605.442
Cálculo:		
CSLL - 16%	90.883	—
CSLL - 15%	—	90.816
IRPJ - 25%	142.004	151.361
Total saldo do crédito tributário	232.887	242.177

(b) Conforme histórico da área jurídica, os processos judiciais demandam em média 4 anos para finalização, considerando algumas variáveis, tais como acordos judiciais, regiões onde se questionam os processos, tendências jurisprudenciais, entre outros. (b) Os contratos firmados com os clientes possuem fluxo de pagamento médio de 12 parcelas, associado às regras da Resolução nº 2.682/99 do CMN, pode-se concluir, conservadoramente, que a totalidade da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será revertida à prejuízo no prazo máximo de 2 anos. (b) **Movimentação da composição do ativo diferido:**

	Movimentações			
	Saldos em 31/12/2021	Consti-Transfêrencias	Baixas/Saldos em 31/12/2022	Saldos em 31/12/2022
Provisão para contingências Trabalhistas	53.353	2.057	(4)	55.406
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de créditos	545.713	700.418	(748.990)	497.141
Provisão Contingências Cíveis	6.376	11.454	(2.361)	15.469
Total	605.442	713.929	(71.355)	568.016

	Leila Mejdalan Pereira	José Roberto Lamacchia	Celita Rosenthal Boraks	Ivan Dumont Silva	Alexandre Pinelli	Márcio Felipini
	Diretora Presidente	Diretor Superintendente	Diretora	Diretor	Diretor	Contador - TC- CRC 1SP 197.370/O-2

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário, disciplinado pela Resolução nº 3.198/04, Estatuto Social da Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos e pelo seu regimento interno, tendo como atribuição revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis, avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias Interna e independente, emitindo, quando aplicável, as recomendações pertinentes. As análises e julgamentos do Comitê baseiam-se nas informações recebidas dos auditores independentes, dos auditores internos, do

(c) **Expectativa de realização do ativo diferido:** O crédito tributário da Instituição em 31 de dezembro de 2022 representado por diferenças temporárias provenientes da provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para demandas judiciais, possuem a seguinte expectativa de realização:

	Expectativa de realização
Base	RS
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	203.828
Provisão para contingências trabalhistas	22.710
Provisão para contingências cíveis	6.342
Total	232.887

19. **Comitê de remuneração:** A Instituição adota apenas remuneração fixa para seus administradores, e não concede planos de benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios ao longo prazo e remuneração baseada em ações para diretoria e a administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos a título de honorários de diretoria o valor de R\$ 3.992 (R\$ 5.234 em 2021). Possui Comitê de remuneração com as seguintes atribuições: • Elaborar, supervisionar e operacionalizar a política de remuneração dos administradores; • Avaliar cenários futuros, internos e externos e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração; • Zelar para que a política de remuneração esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da instituição; e • Seguir a lei e a regulamentação aplicável. 20. **Gerenciamento de Riscos e de Capital:** A Gerenciamento de Riscos: Em linha com a legislação vigente, o Conglomerado Prudencial Crefisa, que compreende a Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos e o Banco Crefisa S/A, possui estrutura de gerenciamento de riscos, segregada das áreas de negócios, compatível com o grau de complexidade e nível de risco das suas operações. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por metodologias, políticas e procedimentos que definem as diretrizes para identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os principais riscos que o Conglomerado está exposto, em acordo com os níveis descritos na sua Declaração de Apetite por Riscos, desempenhando importante papel para seu crescimento sustentável. Assim como é fundamental o gerenciamento individualizado de cada risco, também se avalia o impacto da interação entre os riscos, de modo a combinar a rentabilidade das operações com níveis de riscos, dando suporte na definição de estratégias e na tomada de decisão pela alta administração. Os riscos são segregados em financeiros (crédito, mercado e IRRBB e liquidez) e não financeiros (operacional, social, ambiental e climático, continuidade dos negócios, conformidade, privacidade e proteção de dados e cibernético) conforme o modo de mensuração de sua exposição. **Risco de crédito:** A Crefisa identifica e avalia o risco de crédito em operações de crédito pessoal e consignado para pessoas físicas e produtos de crédito em geral para pessoas jurídicas, contemplando reestruturação de instrumentos financeiros, ativos problemáticos e contrapartes conectadas. Monitora as exposições concentradas, a concentração em contrapartes, as perdas com operações de crédito e vários outros indicadores. Quando pertinente, estabelece procedimentos para mitigar os riscos e as perdas, como execução de garantias, ações de cobrança. **Risco de mercado e IRRBB:** A Crefisa identifica o risco de mercado através da decomposição dos ativos que compõem sua carteira em fatores primários de risco e estima a perda que a oscilação no preço de mercado dos ativos pode acarretar. Para isso, utiliza o VaR (*Value at Risk*). Monitora diariamente as exposições e limites estabelecidos internamente e, quando pertinente, revisa a estratégia de investimentos. Realiza *backtesting* para avaliar a efetividade do modelo e complementa a avaliação do risco com o cálculo do VaR Stress. Gerencia o risco das movimentações adversas das taxas de juros, ou seja, o IRRBB, através do AVEE (*Delta Economic Value of Equity*). Mensalmente avalia se o capital é suficiente para cobrir o IRRBB e, quando pertinente, adota ações pertinentes para mitigar o risco. **Risco de liquidez:** Para o gerenciamento do seu risco de liquidez, a Crefisa avalia se tem recursos suficientes para honrar com suas obrigações de curtíssimo prazo (liquidez imediata) e o descaimento do fluxo de caixa entre ativos e passivos nos médio e longo prazos, respeitando os limites definidos internamente. Mantém o Plano de Contingência de Liquidez atualizado e aprovado nas alçadas competentes e o

acordo de acordo com as regras nele estabelecidas. **Risco operacional:** A Crefisa identifica o risco operacional e controles em seus processos através de mapeamento estruturado de fragilidades, incluindo o risco de tecnologia da informação e o risco legal. A avaliação do nível de exposição é obtida através de uma combinação de critérios qualitativos e quantitativos, disponíveis em documento específico, e da efetividade dos controles. Caso seja considerada inadequada, são definidos planos de ação para adequação da efetividade do controle e então mitigações do risco. **Risco social, ambiental e climático:** O risco social, ambiental e climático (RSAC) na Crefisa surge da sua relação com as partes interessadas (Clientes, Colaboradores e Parceiros) e permeia os demais riscos que a instituição está exposta. O gerenciamento desse risco envolve: a definição e monitoramento de indicadores específicos de RSAC e mesclados com outros riscos; a divulgação das diretrizes SAC que a instituição espera que seus parceiros estejam aderentes, asseguradas pela inclusão de cláusulas contratuais; o monitoramento da inclusão de clientes e parceiros em listas restritivas durante todo o período de relacionamento com a instituição; a definição de alçadas para aprovação de relacionamento com as partes interessadas; dentre outras ações. **Risco de continuidade de negócios:** O gerenciamento desse tipo de risco fornece estrutura para que a Crefisa seja capaz de responder eficazmente a situações de interrupções em seus negócios e salvaguardar a reputação da sua marca e suas atividades geradoras de receita. Possui um Plano de Continuidade de Negócios atualizado, com um conjunto previamente definido de estratégias e procedimentos para ações de contingência, para gerenciamento de crises e para recuperação das funcionalidades dos ativos de Tecnologia da Informação que suportam os processos/atividades vitais e críticos para restabelecer o ambiente e as condições originais da operação. Realiza periodicamente testes e revisões para assegurar a efetividade do plano. **Risco de conformidade (compliance):** A Crefisa possui estrutura dedicada à função de conformidade, segregada das áreas de negócios e de auditoria interna, para atuar com independência e assegurar o exercício pleno de suas atividades. Mantém política específica, que estabelece diretrizes para avaliar e monitorar a aderência da Crefisa ao arcabouço legal, à regulamentação infralégal, às recomendações dos órgãos de supervisão, aos normativos internos e outros regulamentos que esteja obrigada a observar; realiza testes periódicos; monitora a publicação de novos normativos externos e a implementação de adequações, quando necessário; e estabelece condições mínimas regulatórias que devem ser observadas em novos projetos ou produtos. **Risco de privacidade e proteção de dados:** A Crefisa considera a privacidade e proteção de dados muito importante. Por isso, possui estrutura dedicada e independente das áreas de segurança e de tecnologia da informação para o gerenciamento desse tipo de risco, baseado nos pilares da análise de impacto à privacidade (PIA) e da análise de impacto de Proteção de Dados (DPIA). A avaliação do nível de exposição ao risco é realizada através da combinação de análises qualitativas e quantitativas do processo e ferramentas envolvidas e da análise da efetividade de controles mitigatórios. Quando pertinente, são definidos planos de ação para corrigir deficiências e assegurar o tratamento adequado dos dados da Crefisa e de seus clientes, colaboradores e parceiros. **Risco cibernético:** O risco cibernético vem das tentativas criminosas de danificar, roubar ou destruir dados, comprometendo sites, servidores ou interrompendo infraestruturas de tecnologia da Crefisa. Para o gerenciamento desse risco, a Crefisa possui estrutura dedicada e independente das áreas de tecnologia da informação, que conta com diversos mecanismos para identificar, evitar e proteger os ativos da instituição e assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação na instituição. • **Gerenciamento de Capital:** O Gerenciamento de Capital visa apoiar o processo decisório nos negócios, além de manter o nível de capital da Crefisa enquadrado aos limites mínimos exigidos pelo regulador. Com base nisso, a instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, compatível com os riscos incorridos, cujo objetivo é monitorar e controlar sua suficiência frente aos riscos que está exposta, bem como realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Crefisa. O Patrimônio de Referência da Crefisa é constituído pelo Capital Social e Reservas de Lucros, deduzidos de ajustes prudenciais, totalizando o valor de R\$ 6.076 bilhões em 31 de dezembro de 2022, sendo a totalidade desse valor enquadrada

como PR Nível I. O Índice de Basileia nessa data foi de 69,57%, ficando acima do limite mínimo estabelecido pelo regulador. O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico www.crefisa.com.br. 21. **Outros assuntos: (a) Resultados recorrentes e não recorrentes:** De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição. Nosso resultado contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 273.332 e (R\$ 245.599 em 2021) líquido de impostos, sem a existência de resultados não recorrentes. (b) **Resolução CMN nº 4.966/2021:** Em 25 de novembro de 2021, foi divulgada a Resolução CMN nº 4.966, a qual define os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilização de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução estará vigente em sua totalidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Entretanto, é exigido que as referidas instituições elaborem até 31 de dezembro de 2022, e mantenham à disposição do Banco Central do Brasil, um plano para a implementação dessa regulamentação contábil. O plano para a implementação abaixo, apresentado de forma resumida, foi aprovado pela Diretoria da instituição Crefisa. **Plano para implementação da Resolução CMN nº 4.966/21:** Para a elaboração do plano, foram avaliados o cenário atual da Crefisa, além das eventuais possibilidades de mudanças em sistemas, produtos, processos e na própria normatização. Entretanto, como o órgão regulador (Banco Central do Brasil) provavelmente irá divulgar outras normas complementares, necessárias à execução do referido normativo, sobre o modelo do método simplificado para a amortização do custo da transação (taxa efetiva de juros), definições de principal e juros para o teste SPJJ (que consiste na avaliação das características e termos contratuais dos ativos financeiros da empresa, com o objetivo de identificar se existem aspectos que possam implicar que os fluxos de caixa não representem exclusivamente o pagamento de principal e juros), critérios da abordagem simplificada para perda esperada e provisionamento para ativos financeiros entre outros motivos, este plano poderá ser revisado pela gestão da instituição Crefisa. Abaixo estão listados alguns dos principais itens abordados no plano para a implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 que entendemos ser importantes e relevantes: • Capacitação da equipe; • Classificação e mensuração de ativos financeiros (Modelo de Negócio e Teste SPJJ); • Classificação de passivos financeiros; • Custos de transação; • Baixa de ativos financeiros; • Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; • Contabilidade de Hedge; e • Evidenciação. Para cada item relacionado, o plano para implementação prevê os seguintes desdobramentos: • Cenário atual: como a Crefisa trata as informações de acordo com a regulamentação vigente; • Proposta: o que a Crefisa entende ser necessário implementar/modificar para se adequar à referida norma, contemplando: • Sistemas: quais os aplicativos utilizados pela Crefisa, responsáveis pelo registro e controle das transações, impactados pela Resolução; • Processos: quais os processos afetados pela nova regra; e • Responsabilidades: quais áreas serão responsáveis pelas modificações/manutenções relativas às mudanças normativas. 22. **Eventos subsequentes: Mudança do entendimento do Supremo Tribunal Federal - STF sobre a coisa julgada em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou o Tema 881 - Recurso Extraordinário nº 949.297 e Tema 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram do julgamento destes Temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais definitivas, a favor dos contribuintes, devem ser anuladas se, posteriormente, o Supremo profir entendimento distinto sobre a mesma matéria. Ou seja, se uma empresa obtiver autorização da Justiça para não recolhimento de algum tributo, esta permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos a decisão do STF, em consonância com o CPC25/AI537 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/AI510 - Eventos Subsequentes, e concluiu que esta não resulta em impactos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

relacionadas: Conforme Nota Explicativa nº 12, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e nos saldos correspondentes, a Instituição realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso fossem realizados com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e Administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base

positivos os esforços que vêm sendo empreendidos visando melhorar a sua efetividade. O Comitê analisou os procedimentos empregados no processo de preparação dos demonstrativos contábeis e das notas explicativas, debateu com a BDO e com a contabilidade as práticas relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. O Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	Contador
	Márcio Felipini
	Contador - TC- CRC 1SP 197.370/O-2

relacionadas: Conforme Nota Explicativa nº 12, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e nos saldos correspondentes, a Instituição realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso fossem realizados com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e Administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base

positivos os esforços que vêm sendo empreendidos visando melhorar a sua efetividade. O Comitê analisou os procedimentos empregados no processo de preparação dos demonstrativos contábeis e das notas explicativas, debateu com a BDO e com a contabilidade as práticas relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. O Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

relacionadas: Conforme Nota Explicativa nº 12, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e nos saldos correspondentes, a Instituição realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso fossem realizados com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e Administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base

positivos os esforços que vêm sendo empreendidos visando melhorar a sua efetividade. O Comitê analisou os procedimentos empregados no processo de preparação dos demonstrativos contábeis e das notas explicativas, debateu com a BDO e com a contabilidade as práticas relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. O Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

relacionadas: Conforme Nota Explicativa nº 12, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e nos saldos correspondentes, a Instituição realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso fossem realizados com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e Administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base

positivos os esforços que vêm sendo empreendidos visando melhorar a sua efetividade. O Comitê analisou os procedimentos empregados no processo de preparação dos demonstrativos contábeis e das notas explicativas, debateu com a BDO e com a contabilidade as práticas relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. O Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

relacionadas: Conforme Nota Explicativa nº 12, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e nos saldos correspondentes, a Instituição realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso fossem realizados com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e Administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base

positivos os esforços que vêm sendo empreendidos visando melhorar a sua efetividade. O Comitê analisou os procedimentos empregados no processo de preparação dos demonstrativos contábeis e das notas explicativas, debateu com a BDO e com a contabilidade as práticas relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. O Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

relacionadas: Conforme Nota Explicativa nº 12, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e nos saldos correspondentes, a Instituição realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso fossem realizados com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e Administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por

fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e